



Prepara RAPS 2020

GUIA TEMÁTICO

Educação pública nos municípios: recomendações para o Ensino Fundamental



GUIA TEMÁTICO

Educação pública nos municípios: recomendações para o Ensino Fundamental

O conteúdo deste guia foi elaborado pelo Todos Pela Educação a pedido da RAPS para o programa Prepara RAPS, voltado aos pré-candidatos e pré-candidatas da rede para as eleições municipais de 2020.

NOTA

O conteúdo aqui presente é de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representa, necessariamente, a posição da Rede de Ação Política pela Sustentabilidade – RAPS.

Sumário

Introdução	4
Os grandes objetivos	7
As premissas	9
Principais recomendações	12
1. Alunos presentes, motivados e em condições de aprender	14
2. Professores presentes, motivados e com condições para ensinar	16
3. Escola como ambiente propício à aprendizagem	19
4. Secretaria como órgão de apoio contínuo às escolas	21
Conclusão	23
Sobre o Todos Pela Educação	24
Sobre a RAPS	25
Referências	26

Introdução

CRISE DO CORONAVÍRUS ESCANCARA DESIGUALDADES EDUCACIONAIS E IMPÕE NOVOS DESAFIOS

As eleições municipais de 2020 se darão em um dos cenários mais difíceis da história do país, causado pela pandemia da Covid-19. Além da gravidade da situação da saúde, a crise econômica e os impactos em todos os setores trazem desafios imensos para a gestão pública.

Na Educação, a resposta de curto prazo foi o fechamento de escolas, com tentativas de migração das atividades para o ensino remoto, e o anúncio de outras medidas emergenciais, como o equacionamento da questão da merenda escolar para que os estudantes não ficassem desprovidos de alimentação adequada.

Este esforço, por mais necessário que tenha sido, tem consequências relevantes para os estudantes, as famílias e os educadores.

Os impactos diretos da suspensão de aulas presenciais, somados aos impactos das outras crises, escancaram e aprofundam problemas já existentes no setor, além de trazer novos obstáculos.

Assim, as futuras gestões municipais terão imensa responsabilidade e desafios complexos na área da Educação. Em especial, sobre dois aspectos: terão de dar sequência às ações de mitigação dos efeitos da crise provocada pelo novo coronavírus e, ao mesmo tempo, estabelecer políticas para fortalecer o sistema educacional.

Manter políticas de resposta direta aos efeitos da Covid-19 dependerá da situação de saúde em que os municípios se encontrarão no início dos mandatos. O cenário ainda é incerto. Por isso, o foco das recomendações deste documento produzido pelo Todos Pela Educação a pedido da RAPS está em subsidiar os futuros Prefeitos, Vereadores e Secretários Municipais de Educação em seus esforços de fortalecer o sistema educacional para além dos desafios de mitigação e reação aos impactos específicos da pandemia (veja referências, na pág. 26, de documentos sobre respostas do poder público a esses desafios).

Tais recomendações foram elaboradas a partir da publicação [“Educação Já - Uma proposta suprapartidária de estratégia para a Educação Básica brasileira”](#), do Todos Pela Educação, que apresentou uma proposta de longo prazo para a Educação Básica, construída em conjunto com dezenas de especialistas e organizações. Elas também são baseadas na literatura informada pelas evidências e em experiências nacionais e internacionais de sucesso na gestão de redes de ensino.

Embora este documento não traga questões específicas da Educação Infantil – tema tratado no volume do Guia Temático sobre Primeira Infância – é importante que a Educação Infantil e o Ensino Fundamental sejam pensados de forma integrada, pois há múltiplas conexões entre essas etapas. Assim, um esforço consistente por parte da administração municipal é aquele que as reconhece como partes de uma mesma política educacional.

Vale reforçar, ainda, que as recomendações aqui presentes consideram que as redes de ensino se situam em diferentes estágios e possuem realidades muito distintas. Portanto, não se pretende sugerir uma abordagem única para todas elas. Cada política e cada programa deve ser pensado localmente, com base em diagnósticos minuciosos da situação das redes.

OS GRANDES OBJETIVOS

Antes de pensar nas políticas públicas que precisam ser estruturadas nos municípios, o gestor público precisa definir quais são os grandes objetivos a serem perseguidos. Junto a isso, é necessário apontar quais são os indicadores que devem ser acompanhados com frequência para verificar o atingimento desses objetivos.

Nessa perspectiva, e com base na Constituição Federal e nas principais legislações educacionais vigentes no Brasil, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o Plano Nacional de Educação, consideramos os seguintes objetivos centrais:

- **Acesso** de todas as crianças, adolescentes e jovens à escola;
- **Trajetória adequada** entre as séries, com conclusão da Educação Básica em idade apropriada;
- **Aprendizagem** de todos os alunos na idade certa.

O gestor público deve ter como metas principais de resultados para o Ensino Fundamental os quatro grandes elementos apresentados a seguir. É importante mencionar que estes são indicadores consolidados no Brasil e amplamente disponibilizados, permitindo alto grau de transparência e controle social dos avanços do setor educacional local. Por fim, ressalta-se que os municípios brasileiros têm, em vigor, seus Planos Municipais de Educação, documentos que precisam ser amplamente conhecidos pelos candidatos e candidatas nas eleições locais.

Metas de resultados para a Educação municipal – Ensino Fundamental

TODOS NA ESCOLA

Garantir que todas as crianças e os adolescentes de 6 a 14 anos – faixa etária adequada para o Ensino Fundamental – estejam matriculados e frequentando a escola. É preciso reconhecer, também, que ainda há, no Brasil, muitos alunos mais velhos que estão nesta etapa. Lembre-se de que o ensino é obrigatório para a faixa etária de 4 a 17 anos.

ALFABETIZAÇÃO

Elevar os índices de alfabetização do município, buscando garantir que toda criança esteja plenamente alfabetizada até o fim do 2º ano do Ensino Fundamental.

APRENDIZAGEM E FLUXO ESCOLAR

Elevar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) do Ensino Fundamental (5º e/ou 9º anos, a depender das etapas de atuação da rede), a partir do foco na melhoria da aprendizagem dos alunos e na redução dos índices de reprovação e abandono escolar. Divulgado a cada dois anos, o Ideb é o principal indicador de qualidade da Educação do Brasil.

REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES ENTRE ESCOLAS E ALUNOS

Garantir que a elevação do Ideb da rede seja acompanhada da diminuição das diferenças nos resultados educacionais entre escolas e alunos de diferentes níveis socioeconômicos.

AS PREMISAS

Antes de apresentar as recomendações técnicas de políticas educacionais, é importante ressaltar que algumas premissas precisam ser garantidas para uma gestão pública educacional de qualidade nos municípios. Este documento destaca 6 delas.

Premissas para uma gestão pública educacional de qualidade

PRIORIDADE POLÍTICA

A melhoria da qualidade da Educação deve estar na pauta prioritária dos governantes. Entre outros fatores, isso significa se comprometer com resultados, não lotear politicamente a Secretaria de Educação, acompanhar e dar respaldo aos projetos educacionais, dar continuidade a projetos de sucesso (mesmo que de gestões anteriores) e não ceder a pressões corporativistas (que podem parecer interessantes eleitoralmente, mas que, muitas vezes, prejudicam a aprendizagem dos estudantes).

FOCO NA QUALIDADE COM EQUIDADE

Todas as políticas públicas de Educação devem buscar impactar o que acontece dentro da sala de aula, visando impulsionar a aprendizagem de todos os alunos. Além disso, é central dar atenção especial aos mais vulneráveis, uma vez que as desigualdades educacionais ainda são imensas no país. Tratar desiguais de formas diferentes é o caminho para transformar a Educação em um redutor de desigualdades, oferecendo oportunidades a todos.

VISÃO SISTÊMICA COM COERÊNCIA

A literatura mais recente evidencia que, em Educação, não há “solução milagrosa”, e que é o efeito da interação entre diferentes medidas que consegue produzir um impacto substancial. Assim, não adianta lançar mão de uma ou duas medidas “que farão toda a diferença”, nem de um conjunto grande de ações que não tenham nexos entre si. É preciso olhar para o todo e entendê-lo como um sistema, em que múltiplas partes precisam estar funcionando, de forma coerente, para que se obtenha sucesso.

GESTÃO INFORMADA POR DADOS E EVIDÊNCIAS CONTEXTUALIZADAS

Não há mais espaço para “achismos” na Educação. O conhecimento acumulado e as experiências de sucesso no setor educacional apontam quais os caminhos mais efetivos a serem seguidos pelos gestores públicos. As políticas públicas devem sempre ser informadas pelas evidências e dados mais recentes da pesquisa educacional, necessitando, evidentemente, de contextualização às realidades em que as escolas estão inseridas. Isso não significa que não haja espaço para novas ideias e inovações que possam surgir, mas, sim, que é responsabilidade da gestão pública tomar decisões informadas pelos subsídios técnicos disponíveis no momento.

ENGAJAMENTO DOS ATORES IMPLEMENTADORES

Políticas de gabinete, feitas “de cima para baixo”, por melhor que sejam desenhadas, enfrentam dificuldades no processo de implementação. Além disso, correm o risco de não dialogarem com os desafios vividos no dia a dia escolar. Por isso, é preciso dar ênfase para o engajamento dos professores e gestores escolares na formulação e implementação das políticas públicas.

Conferir a esses atores importante grau de discricionariedade no processo de tomada de decisões também é importante para garantir respostas aderentes aos contextos e promover o engajamento. E tal incentivo à tomada de decisão local não deve ser visto como incompatível com o estabelecimento de diretrizes das Secretarias de Educação para as escolas. Pelo contrário, a ação diretiva, liderada pelos órgãos centrais, é crucial para garantir um padrão mínimo de oferta e, conseqüentemente, evitar atendimentos extremamente desiguais.

ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL E INTERINSTITUCIONAL

A gestão pública educacional não pode ser conduzida de maneira isolada das demais áreas, poderes e instituições de Estado. Em primeiro lugar, para implementar políticas de qualidade e avançar nos resultados educacionais, é fundamental que haja ampla articulação intersetorial no atendimento aos alunos (envolvendo, por exemplo, as áreas da Assistência Social, da Saúde e do Esporte). Além disso, o Poder Executivo deve buscar ativamente um trabalho articulado com diferentes atores, como o Conselho de Educação do sistema de ensino, o Poder Legislativo, o sistema de Justiça, os Tribunais de Contas e a sociedade civil, que, atuando de forma conjunta e coordenada, conseguem potencializar suas ações.

PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES

Políticas públicas educacionais: estruturando um sistema de alta qualidade

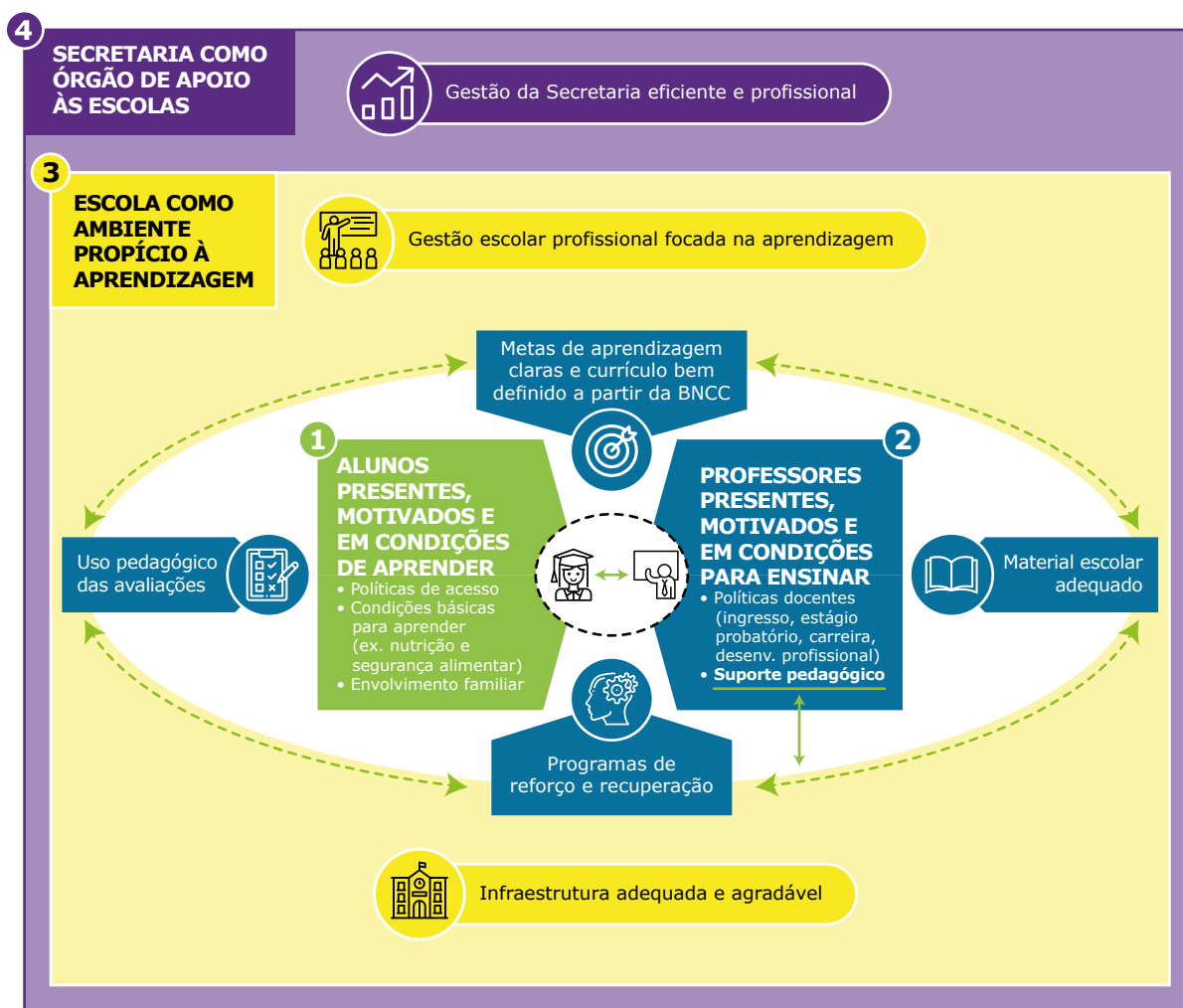
A pedido da RAPS, o Todos Pela Educação selecionou um conjunto de recomendações para que os futuros gestores públicos municipais consigam fortalecer o sistema educacional local. Elas são embasadas em experiências de sucesso nacionais e internacionais, assim como na literatura científica sobre Educação. Vale reforçar que as respostas para os desafios do Ensino Fundamental variam de município para município, dependendo de suas características e atual estágio educacional.

As recomendações foram organizadas em quatro grandes eixos, a partir dos quais são elencados os elementos mais relevantes para a gestão pública educacional.

Os principais elementos da gestão pública educacional e a relação sistêmica entre eles

A visão sistêmica é importante e merece atenção. Resultados expressivos em Educação não são alcançados com a simples implementação de uma “lista” de políticas que possuem respaldo das evidências. O enfrentamento efetivo de desafios complexos exige articulação, coerência e sequenciamento adequado para que, no conjunto, gere impacto significativo.

O ponto de partida, como apontado na ilustração abaixo, é olhar para o que acontece dentro da sala de aula. O primeiro eixo indica o desafio de ter alunos presentes, motivados e em condições de aprender. O segundo eixo aponta para a necessidade de professores também presentes, motivados e em condições de ensinar. É a partir dessa relação professor-aluno que o sistema educacional precisa se estruturar e oferecer todo apoio pedagógico (com, por exemplo, currículo, materiais e avaliações) para o trabalho docente em prol da aprendizagem. Com um olhar um pouco mais amplo do que o da sala de aula, o terceiro eixo traz elementos para que as escolas sejam, como um todo, um ambiente propício para a aprendizagem. Por fim, de forma ainda mais abrangente, o quarto eixo aborda a gestão da Secretaria de Educação, responsável pelo conjunto de escolas da rede de ensino.



Elaboração: Todos Pela Educação

A partir desta imagem, destacamos as diretrizes sobre os elementos prioritários para as políticas públicas de Educação nos municípios brasileiros.

EIXO 1. ALUNOS PRESENTES, MOTIVADOS E EM CONDIÇÕES DE APRENDER

POLÍTICAS DE ACESSO E FREQUÊNCIA

Como já mencionado, o acesso de todas as crianças e adolescentes de 4 a 17 anos à escola é obrigatório no Brasil. Mas mesmo que a taxa de atendimento escolar no Ensino Fundamental seja de praticamente 100%, ainda há situações específicas de não frequência à escola, especialmente em regiões mais vulneráveis.

Por isso, é preciso atenção às recomendações abaixo:

- **Criar iniciativas de mitigação da ausência de estudantes na escola**, como o acompanhamento sistemático da frequência e ações de contato com a família para reduzir as faltas. No caso de Sobral (CE), por exemplo, a ausência dos alunos é seguida de uma ligação para a família. Caso haja faltas por período mais prolongado, um profissional da Educação vai pessoalmente até o domicílio do aluno buscar entender os motivos da ausência e ver como o poder público pode auxiliar;
- **Assegurar que o sistema de transporte escolar da rede seja oferecido para todos** os estudantes que precisam, facilitando o acesso diário às escolas;
- **Promover ações de busca ativa**, com vistas a incentivar o retorno das crianças, adolescentes e jovens que abandonaram ou já evadiram a escola.

GARANTIAS BÁSICAS DAS CONDIÇÕES DE APRENDER

Pesquisas indicam que parte relevante do desempenho escolar dos estudantes pode ser explicada por fatores que não estão diretamente relacionados à escola, mas que podem ser objeto de atuação da política pública (comumente chamados de extraescolares). Tais fatores têm benefícios para além dos resultados apenas na Educação – muitos deles, inclusive, são questões de dignidade da vida humana. Em um país em que uma parcela expressiva da sociedade vive em situação de vulnerabilidade, é preciso dar atenção especial para tais fatores, visando garantir que os alunos, uma vez nas escolas, estejam em condições adequadas para aprender.

Por isso, destacam-se como recomendações prioritárias:

- **Garantir que a merenda escolar oferecida pela rede de ensino promova a segurança alimentar e nutricional das crianças e adolescentes.** Uma medida importante é assegurar que as escolas de menor nível socioeconômico recebam mais recursos para a merenda, de modo que possam oferecer mais refeições ou refeições de maior valor nutricional;
- **Instituir, em parceria com outras secretarias** (como Saúde e Assistência Social), políticas que busquem minimizar a situação de vulnerabilidade em que ainda vivem muitos alunos, como atendimento psicológico e políticas sociais de redução da pobreza. Vale frisar que, recentemente, foi aprovada uma Lei Federal (Lei nº 13.935/2019) que determina que todas as redes públicas de Educação Básica devem contar com serviços de Psicologia e de Serviço Social a partir do fim de 2020, ainda que não haja previsão sobre os recursos necessários para isso.

ENVOLVIMENTO FAMILIAR

O fato de o envolvimento da família na Educação ter impactos positivos na aprendizagem dos estudantes está amplamente documentado em estudos e é um consenso na comunidade educacional. E sustentar e aprofundar a articulação família-escola exige ação organizada por parte do poder público, não podendo ser deixado de lado na gestão educacional. Por isso, destaca-se como recomendação prioritária: **criar políticas de aproximação das famílias à vida escolar dos estudantes, mantendo uma comunicação frequente, que seja informativa, orientadora e altamente engajadora.** A pesquisa “Relação Família-Escola: Estudos de Casos de Redes” (2018), do Itaú Social, apresenta cinco casos de redes municipais (Americana - SP, Resende - RJ, Rio Branco - AC, São Bento do Sul - SC, Juazeiro do Norte - CE) que vêm obtendo sucesso na aproximação entre as famílias e a escola.

EIXO 2. PROFESSORES PRESENTES, MOTIVADOS E COM CONDIÇÕES PARA ENSINAR

POLÍTICAS DOCENTES

Entre os múltiplos fatores necessários para garantir uma Educação de qualidade, as evidências apontam que a qualidade da prática pedagógica dos professores é a variável de maior relevância. Trata-se, assim, de condição absolutamente necessária, ainda que insuficiente, para a promoção de uma Educação de qualidade.

Com base nisso, destacamos como recomendações prioritárias:

- **Introduzir iniciativas que busquem garantir a presença de professores** em todas as turmas e para todas as disciplinas, aprimorando os processos de alocação dos docentes às escolas e criando ações de identificação e redução do absenteísmo docente;
- **Realizar programas bem estruturados de formação continuada**, tendo a melhoria da prática pedagógica como elemento mais importante para o desenvolvimento profissional dos professores. O artigo “Formação Continuada de Professores: contribuições da literatura baseada em evidências” (Moriconi, 2017) consolida aprendizados sobre a formação continuada a partir de experiências nacionais e internacionais;
- **Garantir que o 1/3 da jornada dedicado a atividades extra-classe**, como determina a Lei Federal nº 11.738/08, seja cumprido e oferecer orientações para que este período abranja planejamento coletivo e formação entre os pares;
- **Melhorar as condições de trabalho que são oferecidas aos professores**, considerando, entre outros aspectos, evitar contratações com carga horária fragmentada (contratações de, por exemplo, 20 horas semanais) e viabilizar, sempre que possível, a dedicação exclusiva dos professores a uma única escola, o que aumenta seu vínculo com a comunidade escolar e reduz seu desgaste físico e mental;
- **Buscar aprimoramentos nos planos de carreira**, para que indiquem a valorização da docência, tenham critérios de progressão e incentivos em prol da melhoria da prática pedagógica e sejam viáveis do ponto de vista fiscal;

- Para professores iniciantes, **aprimorar os processos de ingresso na carreira**, com concursos que avaliem as competências profissionais esperadas de um professor iniciante e reestruturar os programas de estágio probatório, no sentido de garantir apoio adequado e efetivar na carreira apenas aqueles que demonstrarem perfil e desempenho profissional adequados. Algumas redes municipais, como a de Curitiba, no Paraná, já adotam provas práticas de demonstração de aula nos seus concursos de ingresso. A medida permite aferir com maior precisão as competências necessárias à docência. Grande parte das redes ainda solicita apenas provas escritas de conteúdo altamente teórico e de títulos nos seus concursos para contratação de professores.

SUPORTE PEDAGÓGICO A PARTIR DOS CURRÍCULOS

Para além das políticas voltadas para a carreira, a formação e as condições de trabalho dos professores, é necessário assegurar suporte pedagógico ao trabalho docente, a partir de currículos bem estruturados. São eles que elencam o que os alunos precisam aprender a cada etapa (“direitos de aprendizagem”) e devem nortear a gestão pedagógica das redes de ensino, fator fundamental para a melhoria da aprendizagem. No Brasil, a Base Nacional Comum Curricular, cuja seção sobre Ensino Fundamental foi homologada em 2017, norteará um processo de reconstrução dos currículos. Ainda há um longo trabalho a ser feito para que eles cheguem, efetivamente, às salas de aula.

A partir da reformulação do currículo feita pela rede de ensino, é importante fortalecer os elementos essenciais para a gestão pedagógica, com prioridade para:

- **Disponibilização de materiais de apoio** de qualidade para alunos e professores;
- **Oferta de instrumentos de avaliações de aprendizagem** em processo, atreladas ao currículo, e que contemplem rápida devolutiva dos resultados com fácil leitura pelos professores e gestores escolares; e
- **Estruturação de programas contínuos de reforço e recuperação**, atrelados aos resultados das avaliações em processo, para garantir que todos os alunos atinjam níveis adequados de aprendizagem.

EIXO 3. ESCOLA COMO AMBIENTE PROPÍCIO À APRENDIZAGEM

GESTÃO ESCOLAR

Partindo para temas relacionados com as escolas em âmbito geral, um elemento que se destaca como essencial para a aprendizagem dos alunos e que precisa estar no foco das políticas educacionais é a qualidade da gestão escolar. As evidências da literatura explicitam o impacto que a atuação da gestão, em particular do diretor de escola, pode exercer. Por isso, sugerimos os seguintes pontos como prioridades:

- **Introduzir critérios técnicos no processo de seleção dos gestores escolares (diretores e coordenadores pedagógicos)**, para que a gestão seja realizada por profissionais com perfil e competências adequadas para tal. Atualmente, 69,5% das cidades brasileiras selecionam seus diretores escolares com base apenas em indicações políticas, segundo a Pesquisa Munic 2018, do IBGE.

É importante mudar o cenário e garantir que o processo de escolha (via eleição, indicação, concurso etc.) envolva, como pré-requisito, a demonstração de que os candidatos tenham as competências necessárias;

- **Criar programas de desenvolvimento profissional de diretores e coordenadores pedagógicos**, com ênfase nas competências de liderança, gestão pedagógica e gestão administrativa das escolas;
- **Oferecer ferramentas para auxiliar o trabalho das equipes gestoras**, tais como sistemas informatizados que facilitem as tarefas administrativas e a gestão pedagógica.

INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS

Uma das condições elementares que uma escola precisa para oferecer ensino de qualidade a todos os seus alunos é uma infraestrutura física apropriada e um ambiente seguro, acolhedor e agradável para o processo de ensino-aprendizagem. Além de ser uma questão de bem-estar e dignidade, envolvendo alunos e profissionais da Educação, diversos estudos nacionais e internacionais mostram que a infraestrutura escolar gera impactos significativos sobre o aprendizado dos alunos. Para garantir isso, destacamos a necessidade de:

- **Adequar a infraestrutura física básica das escolas** que ainda não possuem condições mínimas (tais como energia elétrica, banheiro adequado, esgoto e água tratada);
- **Tornar o ambiente escolar um local seguro, agradável, inclusivo e propício para a aprendizagem e colaboração dos profissionais**, conforme as especificidades de cada etapa

de atendimento (salas de aula e de professores adequadas, sala de leitura/bibliotecas, conexão à internet, equipamentos tecnológicos, laboratórios, quadra esportiva etc.).

EIXO 4. SECRETARIA COMO ÓRGÃO DE APOIO CONTÍNUO ÀS ESCOLAS

GESTÃO DA SECRETARIA

Garantir a efetivação dos elementos elencados anteriormente em todas as escolas pertencentes à rede de ensino depende, invariavelmente, da capacidade de gestão da Secretaria da Educação do município.

Por isso, em primeiro lugar, destacam-se como premissas estruturantes por parte do(a) Prefeito(a):

- **Escolher um(a) Secretário(a) comprometido(a) com uma gestão pautada pelas evidências** e com perfil adequado para liderar os esforços frente ao contexto local;
- **Constituir uma equipe técnica na Secretaria de Educação com perfil e competências adequadas** para a missão específica a ser desencadeada no contexto local;
- **Articular diferentes áreas da administração pública** (por exemplo, a Assistência Social, a Saúde e o Esporte) para garantir um atendimento intersetorial às crianças, adolescentes e jovens do município;
- **Promover ampla articulação de atores que podem cooperar com os avanços da Educação municipal**, como o Poder Legislativo, o Sistema Judiciário, os Tribunais de Contas e a sociedade civil.

Uma vez asseguradas essas premissas, as prioridades devem ser:

- **Assegurar eficiência e efetividade nos processos administrativos** e de apoio às escolas (por exemplo, os processos de matrícula, de alocação docente, de transporte escolar e de merenda);
- **Garantir mecanismos efetivos de supervisão escolar**, com vistas a prover o apoio pedagógico e de gestão necessários para o bom funcionamento das escolas e a promover melhor articulação entre as escolas e a Secretaria de Educação;
- **Instituir canais efetivos de comunicação com as escolas e seus profissionais**, assim como com os alunos e suas famílias;
- **Estabelecer, sempre que possível, estratégias em regime de colaboração com outros entes federativos** (outros Municípios, Estado ou União), visando o aprimoramento da gestão e da oferta educacional. No Brasil, já existem boas experiências neste sentido. Muitas Unidades da Federação, por exemplo, contam atualmente com programas de cooperação entre os governos estadual e municipais para as políticas de alfabetização. Inspirados no Ceará, os Estados do Amapá, Espírito Santo, Paraná, Pernambuco e Sergipe lançaram seus programas em 2019; Alagoas, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Piauí e São Paulo também estão avançando neste sentido. Já no âmbito intermunicipal, o Arranjo de Desenvolvimento da Educação (ADE) da Chapada Diamantina é um exemplo de colaboração entre municípios que vêm melhorando os resultados educacionais das cidades envolvidas.

CONCLUSÃO

Este documento buscou resumir um conjunto de orientações de políticas públicas educacionais para o Ensino Fundamental, com o intuito de subsidiar candidatos e candidatas aos cargos eletivos municipais, que terão o mandato durante o período de 2021 a 2024. Conforme já mencionado, as recomendações aqui apresentadas possuem embasamento técnico, sendo derivadas da literatura científica e de experiências nacionais e internacionais de gestão educacional.

Importante ressaltar, novamente, que o documento teve como ênfase as políticas públicas que podem fortalecer o sistema educacional municipal. No entanto, é preciso ter atenção para o fato de que o cenário atípico trazido pela pandemia da Covid-19 traz outros desafios, que também precisam estar na agenda governamental e que não foram escopo desta publicação.

Por fim, o Todos Pela Educação continuará, ao longo do ano de 2020, produzindo e aprofundando orientações aos futuros gestores públicos e tomadores de decisão a nível municipal, visando contribuir, como sempre tem feito, para que o Brasil possa avançar rumo a uma Educação de qualidade para todos.

SOBRE O TODOS PELA EDUCAÇÃO

O Todos Pela Educação é uma organização não governamental, sem ligação com partidos políticos, mas que dialoga com todos, e que não recebe recursos de nenhum governo. Nosso propósito é melhorar o Brasil, impulsionando a qualidade e a equidade da Educação Básica pública. Por isso, atuamos para impactar a política pública de forma a garantir uma Educação Básica de qualidade para todas as crianças e jovens do País. Fazemos isso produzindo estudos e pesquisas, promovendo a mobilização de atores-chave do cenário nacional e articulando com o Poder Público as medidas mais necessárias para alavancar melhorias nos sistemas de ensino.

Saiba mais em www.todospelaeducacao.org.br.

SOBRE A RAPS

A Rede de Ação Política pela Sustentabilidade – RAPS é uma organização suprapartidária que busca contribuir para a melhoria da democracia e do processo político brasileiro, por meio da formação, conexão, apoio e desenvolvimento de lideranças políticas comprometidas com a sustentabilidade.

São pessoas que já estão no exercício de cargos eletivos ou que pretendem se candidatar e que têm diferentes visões de mundo e ideologias, mas estão ligadas pelo desejo comum de construir um país mais justo, com mais oportunidades, melhor qualidade de vida para todos e com respeito aos recursos naturais.

Para nós da RAPS, a democracia se constrói no encontro entre os iguais e os diferentes. Aqui, criamos um espaço seguro e respeitoso de diálogo sobre os principais desafios políticos, sociais, econômicos e ambientais do país, sempre tendo como referência o conhecimento técnico e científico e a análise de especialistas. A partir dessas reflexões, incentivamos que as lideranças construam em conjunto ações que possam potencializar a transformação que queremos para o país.

Saiba mais em www.raps.org.br.

REFERÊNCIAS

Sobre respostas do poder público à Covid-19 na Educação:

“[A framework to guide an education response to the Covid-19 Pandemic of 2020](#)”, OCDE (2020);

“[Ensino a distância na Educação Básica frente à pandemia da Covid-19](#)” e “[O retorno às aulas presenciais no contexto da pandemia da Covid-19](#)”, Todos Pela Educação (2020);

“[Framework for reopening schools](#)”, Unesco, Unicef, Banco Mundial e World Food Programme (2020);

“[Unesco Covid-19 Education Response - Education Sector](#)”, Unesco (2020).

Pesquisas e estudos desenvolvidos pelo Todos Pela Educação:

www.todospelaeducacao.org.br/conteudos/estudos-e-pesquisas

